

APRESENTAÇÃO

Para nós, é sempre motivo de satisfação publicar uma edição dos Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). Longe de ser apenas o ato de preparar e entregar um impresso ao público, ou mais uma etapa vencida, significa reconhecer o trabalho de pesquisadores que, durante meses, quiçá, anos, dedicaram-se à investigação e à produção de conhecimento.

A Revista CCSA, publicada em formato digital (ISSN 2358-1212) e com periodicidade semestral, vem alcançando novos formatos nos últimos anos, numa perspectiva de sempre avançar qualitativamente. Nesse quadro, temos muitos motivos para comemoração, porquanto editar um periódico científico com regularidade é uma tarefa não muito fácil, justamente em face das dificuldades inerentes a esse trabalho.

Antes de apresentarmos uma sinopse dos trabalhos, é importante registrar o processo de 'seleção' dos artigos que recebemos continuamente, por meio do processo de submissão contínua (e-mail: nepaadiesb@gmail.com).

Inicialmente, os artigos são submetidos a uma avaliação precedente (*desk review*), realizada pela Coordenação Administrativa da Revista, com o intuito de verificar o atendimento aos requisitos formais de submissão, sua adequação à área de abrangência da Revista e sua qualidade/potencial para publicação. Em seguida, os trabalhos pré-selecionados são etiquetados e enviados a pareceristas externos/internos para a avaliação, de acordo com o processo conhecido como *double blind peer review*.

Após a resposta dos pareceristas, a Coordenação Administrativa e as Editoras da Revista CCSA apreciam e compatibilizam as avaliações, momento em que são escolhidos os artigos que serão publicados. Os trabalhos selecionados são encaminhados para os seus respectivos autores, para que estes tomem conhecimento das indicações de mudanças sugeridas pelos avaliadores. Efetuadas as modificações, o trabalho passa por uma nova avaliação, para verificação das alterações realizadas. Por fim, passa por uma revisão de linguagem.

Excepcionalmente, há convites, formulados exclusivamente pelas editoras da Revista CCSA, para publicação de trabalhos de docentes de reconhecida capacidade técnica e científica.

Na presente edição, ano 16, número 27/2019 (jan/jun), os trabalhos selecionados apresentam múltiplos enfoques, considerando-se a diversidade presente nas abordagens feitas pelos autores dos textos que compõem este exemplar, circunstância que certamente instiga e propicia uma leitura mais ampla no campo das Ciências Sociais. Apresentemos, portanto, os trabalhos eleitos para este volume.

O artigo *Análise do saldo do Regime Geral da Previdência Social no Brasil: afinal, existe déficit ou superávit?*, de Dayane Ferreira Quintanilha e das professoras Graciela Aparecida Profeta e Simone Manhães Arêas Mérida, levanta questões sobre um dos pontos de maior controvérsia no nosso país atualmente: a existência ou não de déficit da Previdência Social do Brasil. Fundamentando-se na Constituição Federal de 1988, na Lei n.º 8.212/91, bem como na apuração do saldo do fluxo de caixa do RGPS, de 2002 a 2014, as autoras concluem que a Previdência Social brasileira apresentou um saldo positivo nesse período em questão e que, conforme a metodologia utilizada, o saldo do RGPS pode ser negativo ou superavitário. De uma forma ou de outra, segundo o estudo, esse resultado tende a exercer influência na população e no próprio Governo.

Voltado para uma região que apresenta um dos piores indicadores sociais do país, o artigo do professor José Newton Pires Reis discute *A insustentável distribuição da terra no semiárido brasileiro*. O autor examina a situação do Nordeste, em que, dos 23 milhões de habitantes, entre 8,6 e 12,8 milhões concentram-se na zona rural e a área média está 8,6 hectares abaixo do módulo fiscal médio, um dado relevante, considerando a classificação fundiária das propriedades rurais. Os resultados apontam a necessidade de um plano regional de reforma agrária concentrado nesse Estado, para impulsionar o desenvolvimento rural, melhorar a situação das pessoas, bem como modificar o cenário apresentado pelos atuais indicadores.

O artigo *Estado e industrialização pesada no Brasil: uma discussão teórica sobre o Plano de Metas (1956 – 1961)*, de Acson Gusmão Franca, explica a atuação do Estado brasileiro na elaboração e execução do Plano de Metas. O estudo parte do detalhamento do plano, das metas a serem atingidas, dos problemas na execução, bem como das estratégias adotadas para implantar a indústria pesada no Brasil. Segundo a pesquisa, esse importante programa de industrialização trouxe consequências graves para o nosso país. Uma delas foi o ingresso de capital estrangeiro na economia. Tal ação, por um lado, dinamizou a execução das metas setoriais prioritárias do plano conforme o propósito de empresas multinacionais, por outro, provocou a desaceleração cíclica da indústria e a crise da economia brasileira.

Entre os modelos teóricos de análise de políticas públicas, os professores doutores Patrícia Aparecida Ferreira, Edgard Alencar e José Roberto Pereira, no artigo *Revisitando o modelo processual de análise de políticas públicas com base nas relações entre Estado e Sociedade*, optaram pelo modelo processual. Segundo os autores, esse modelo considera não apenas a sistematização de fases administrativas (formulação, implementação e avaliação), mas aspectos de diferentes naturezas, como instituições, fragmentação, descentralização, participação, saber técnico e saber local. O trabalho propõe que o modelo processual seja compreendido como uma construção social, na qual as políticas emergem de um processo interativo entre Estado e Sociedade. Ademais, refuta-se a ideia de que a análise de políticas públicas abrange apenas preceitos da perspectiva tecnoburocrática, ao contrário, estimula iniciativas de formação da esfera pública e emancipação social, servindo de referência para a gestão dessas políticas.

O professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dr. Hélio Afonso de Aguiar Filho, em seu artigo *Enraizamento social do mercado no Brasil: uma abordagem a partir da economia política institucionalista e dos intérpretes do Brasil*, analisa o mercado como uma categoria central na análise econômica. Para tanto, assume, com base no referencial teórico da economia política institucionalista, dois pressupostos: 1º) os mercados são instituições enraizadas histórica e socialmente e 2º) a noção de mercado livre, tão importante para o liberalismo ortodoxo, é insustentável, dado que a abrangência do mercado é também uma construção social que muda conforme a época e a interação das forças políticas. No estudo e à luz da literatura, o autor mostra que no Brasil os mercados se desenvolveram apropriados por grupos de interesses, acarretando distorções em seus mecanismos de incentivos. Mais adiante, corroborando com a crítica de Souza (2015), destaca que a desigualdade na posse dos diferentes capitais é uma condição funcional da sociedade, que se expressa no mercado por meio da compra a baixo custo dos elementos necessários à reprodução das diferentes posições de classe. Por fim, conclui que as distorções no funcionamento mercado advêm, portanto, da distribuição desigual dos capitais econômico, simbólico e social, este último fonte maior da apropriação dos recursos públicos pela elite, já que esta tem acesso mais fácil à rede de relações e ao poder do Estado.

O trabalho *A absorção dos egressos de Contabilidade no mercado de trabalho: um estudo do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*, de autoria de Glarcy Sampaio de Almeida, de Manoel Antonio Oliveira Araújo e de Danilo Moreira Jabur, pesquisou a absorção no mercado de trabalho em contabilidade dos egressos do curso de Ciências Contábeis da UESB, que concluíram o referido curso no período entre 1997 e 2001. Com tal intento, analisaram também a situação acadêmico-profissional-financeira dos egressos, objetivando ampliar o conhecimento na área de formação, bem como a análise do próprio mercado de trabalho e também o crescimento intelectual dos profissionais envolvidos. Os resultados mostraram que, como o mercado de trabalho é muito exigente e requer um profissional competente, que possa assumir o papel de gestor da informação e também interferir no processo decisório da empresa, a educação profissional continuada é fator relevante e reflete na remuneração do contador.

Em *Indústria criativa e mercado de trabalho: breves aproximações para a categoria da exploração do trabalho criativo*, Thiago Cavalcante de Souza analisa a relação entre criatividade e dependência e de que maneira o capital expropria-se do trabalho intelectual e cognitivo. O autor conclui que, na denominada economia criativa, além da força física, explora-se a capacidade intelectual e

cognitiva. Reforça essa proposição o fato de o valor do salário não compensar as longas jornadas de trabalho a que o trabalhador se submete nem os atributos profissionais requeridos, como inventividade e desempenho intelectual, por exemplo.

Migração e classe criativa: evidências para o Brasil com base em uma análise multinomial é o título do artigo da doutora Verônica de Castro Lameira e da professora doutora Sibelle Cornélio Diniz. As pesquisadoras analisam a grande mobilidade dos trabalhadores criativos no território brasileiro, considerando o princípio econômico das vantagens comparativas de algumas cidades em relação a outras. O estudo conclui que características individuais são determinantes para a migração dos trabalhadores, independentemente de estes pertencerem ao mercado de trabalho criativo. Outro dado importante da pesquisa, segundo as autoras, é a diferença nos efeitos e papéis desempenhados por essas características quando os destinos das migrações são diferentes.

Os professores pesquisadores do Econúcleo (UFJF/GV), Leonardo Dias Fernandes Simões, Carolina Rodrigues Corrêa Ferreira e Hilton Manoel Dias Ribeiro, abordam sobre a *Infraestrutura logística e comércio internacional: uma análise a partir do Modelo de Gravidade*, investigando precisamente sobre o impacto que fatores infraestruturais e, principalmente, de transportes geram sobre a exportação dos países, utilizando dados do ano de 2015 e uma amostra de 138 países, empregando, para tanto, o modelo de gravidade. Os principais resultados do trabalho confirmaram que as variáveis representativas da infraestrutura logística (rodoviária, ferroviária e aeroportuária) afetam positivamente as exportações, revelando-se importante aos países, principalmente aos emergentes, investirem na melhoria dos diversos modais de transporte para ampliar sua inserção no mercado internacional. Como arremate, os autores afirmam que o debate sobre o futuro da infraestrutura no país é um assunto importante, especialmente em uma conjuntura com restrições ao crescimento dos investimentos públicos nos próximos anos, que pode incorrer na perda de competitividade internacional. De tal modo, afiançam que se torna necessária, assim, a discussão sobre novas políticas e formas de viabilizar investimentos em projetos de infraestrutura que venham mitigar gargalos estruturais.

O artigo *Determinantes do desempenho escolar: um estudo para a região Norte de Minas Gerais, com ênfase no ensino fundamental* do estudante Daniel Brito Alves e da professora doutora Maria Elizete Gonçalves investiga os fatores responsáveis pelo bom rendimento dos estudantes da educação básica. O objetivo é considerar aspectos da educação escolar que podem contribuir para o aumento dos níveis de crescimento e desenvolvimento econômico do país. O resultado da pesquisa mostra principalmente que a motivação familiar e o capital cultural ocasionam uma diferença positiva na performance dos alunos, o que coloca em evidência a importância desses componentes e a necessidade de considerá-los na formulação de políticas educacionais.

O artigo *A judicialização da política como instrumento para concretização de direitos fundamentais*, de autoria da professora mestre Cláudia de Oliveira Fonseca, averigua a transferência de decisões do âmbito político para o Poder Judiciário, fenômeno denominado "judicialização da política", manifesto no cenário de efetivação dos direitos prestacionais, negligenciados pelos demais poderes estatais. A pesquisa busca investigar de que maneira a judicialização da política vem sendo debatida no contexto de concretização de direitos essenciais, revelando-se uma discussão importante sobre a necessidade de impor limites à atuação do Poder Judiciário, de modo que este não venha a interferir na esfera de atuação dos demais poderes. Intencionando confrontar o posicionamento dos defensores e opositores da judicialização da política, o estudo pautou-se em revisão bibliográfica, utilizando, principalmente, as obras de Ran Hirschl, Luís Roberto Barroso, Antoine Garapon, Mauro Cappelletti, entre outros. A pesquisa mostra que, embora o Poder Judiciário não tenha a aprovação popular na escolha de seus membros, não se pode questionar a sua atuação no âmbito de concretização de direitos essenciais, pois, apesar de se tratar de atuação contramajoritária, tem-se revelado instrumento capaz de neutralizar a opressão das maiorias contra as minorias, de modo a garantir a efetividade do texto constitucional.

Esses artigos que ora apresentamos divulgam, portanto, novas experiências, estudos e descobertas que, certamente, contribuirão tanto para o enriquecimento intelectual dos nossos leitores, como para a melhoria da vida em sociedade. Desejamos a todos uma leitura proveitosa!

Gilsleide Cristina Barros Lima

Rosana Márcia Tinóco Leite

Coordenadoras Administrativas da Revista CCSA